



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 15 No 3 Abril 2013



BRICS e África

Parceria para o desenvolvimento

por Kizito Sikuka

NUMA ALTURA em que o ímpeto para reconstruir assuntos globais ganha espaço, as economias emergentes e da África estão a explorar novos modelos e abordagens para um sistema mais justo e inclusivo, que promove o desenvolvimento socioeconómico sustentável.

As economias emergentes, compostas pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (conhecidas por BRICS) reafirmaram esta meta compartilhada para desenvolvimento global, igualdade e cooperação durante a 5ª Cimeira do BRICS, realizada em Durban, África do Sul, no final de Março.

Num comunica designado "*Declaração eThekwini*", lançado logo após a cimeira histórica - que viu a África fazer uma aparição inaugural na reunião - os Países que compõem o BRICS disseram que estão comprometidos "com o aumento de nossa participação e cooperação" com a África para desbloquear o potencial de cooperação, bem como encontrar soluções duradouras para os desafios que as regiões em desenvolvimento enfrentam.

Notando que a África enfrenta desafios de desenvolvimento de infra-estrutura devido ao insuficiente financiamento de longo prazo e fraco investimento estrangeiro directo, especialmente o investimento em capital social, os países do BRICS decidiram estabelecer um banco de desenvolvimento para contribuir para o desenvolvimento de infra-estruturas em África.

O desenvolvimento de infra-estrutura é fundamental para a realização da integração e da agenda de industrialização Africana.

"Em Março de 2012, instruimos os nossos Ministros de Finanças para analisar a viabilidade de criação de um novo banco de desenvolvimento para a mobilização de recursos para infra-estrutura e projectos de desenvolvimento sustentável no BRICS e outras economias emergentes e países em desenvolvimento, para complementar os esforços já existentes de instituições financeiras multilateral e regional para o crescimento e desenvolvimento global", disseram os líderes do BRICS num comunicado.

"Na sequência do relatório dos nossos Ministros das Finanças, estamos satisfeitos que o estabelecimento de um banco de desenvolvimento é factível e viável. Nós concordamos em estabelecer o novo banco de desenvolvimento."

Apesar do local e outros detalhes do banco ainda estarem a ser finalizados, os líderes disseram que a contribuição inicial para o banco seria substancial e suficiente para que este bano seja eficaz no financiamento de infra-estruturas.

O Presidente Sul-Africano Jacob Zuma, que é o novo Presidente do BRICS, saudou a iniciativa de estabelecer o banco, dizendo que pode ajudar a forjar um novo modelo de financiamento para a África onde os projectos que abrangem uma série de Países são favorecidos para financiamento.

| | |
|-------------------|-----|
| POLÍTICA | 3 |
| COMÉRCIO | 4 |
| INFRA-ESTRUTURA | 5 |
| TURISMO | 6 |
| ENERGIA | 7-9 |
| INTEGRAÇÃO | 10 |
| COOPERAÇÃO | 11 |
| RECURSOS NATURAIS | 12 |
| PAZ E SEGURANÇA | 13 |
| ELEIÇÕES | 14 |
| EVENTOS | 15 |
| HISTÓRIA HOJE | 16 |

continua na página 2...

BRICS e África Parceria para o desenvolvimento

Ele disse que o maior constrangimento para o financiamento de infra-estruturas em África tem sido o facto da maioria das instituições financeiras internacionais favorecerem financiamento de projectos em Países individuais, e não a projectos colectivos que envolvam vários Países.

"O processo BRICS poderia levar a um modelo de financiamento que promova projectos conjuntos de vários Países e aceleram o ritmo da integração regional", disse ele, acrescentando que a África deve aproveitar essa facilidade para impulsionar o comércio e aprofundar a integração.

O estabelecimento de um banco de desenvolvimento do BRICS poderá vir a aliviar a maioria dos Países africanos, tomando em conta que o continente ganhou pouco de outras instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), devido a uma série de factores, entre eles as condições de crédito restritivas, bem como pacotes fragmentados de financiamento.

Portanto, em vez de ficar a espera das reformas de instituições financeiras multilaterais existentes, os países do BRICS decidiram agir e criar um banco de desenvolvimento para promover o crescimento socioeconómico nas regiões em desenvolvimento, reformulando assim assuntos globais.

No entanto, BRICS reiterou o seu apelo para a reforma das instituições financeiras internacionais para torná-los mais representativas e para reflectirem o peso crescente dos BRICS e outros Países em desenvolvimento nas questões globais.

"A reforma do Fundo Monetário Internacional deve reforçar a voz e a representação dos membros mais pobres do FMI, incluindo a África Subsaariana", disseram os BRICS, acrescentando que a selecção de liderança deve ser através de um

processo aberto, transparente e baseado no mérito e aberto a candidatos provenientes de economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento.

Sobre a selecção de um novo Director-Geral para a Organização Mundial do Comércio (OMC), os BRICS disseram que o posto deve ser preenchido por um candidato de um país em desenvolvimento.

Desde a formação dessas instituições, os postos mais altos nunca foram ocupados por um candidato de um país em desenvolvimento, levantando a suspeita de que as instituições são destinadas a servir alguns países seleccionados, em detrimento da maioria.

Em relação à política global, os BRICS reafirmaram a necessidade de uma reforma abrangente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vista a torná-lo mais representativo, eficiente e eficaz, de modo que possa ser mais sensível aos desafios globais.

O Conselho de Segurança tem sido acusado de "viver no passado" e "tratar os países de forma diferente", daí o apelo por mudanças urgentes no conselho para torná-lo mais democrático e credível.

O conselho, cuja responsabilidade é principalmente manter a paz e a segurança internacionais, é composto por cinco membros permanentes, bem como 10 membros não permanentes que possuem assentos para um mandato de dois anos.

Os cinco membros permanentes são a China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Os outros membros são, actualmente, Argentina, Azerbaijão, Austrália, Guatemala, Luxemburgo, Marrocos, Paquistão, República da Coreia, Ruanda e Togo.

Nos termos da Carta das Nações Unidas, todos os membros da ONU concordam em aceitar e executar as decisões do conselho, e, enquanto todos os outros órgãos da ONU fazem recomendações aos governos, só o Conselho tem o poder de tomar decisões que os Estados-Membros são obrigados a cumprir.

É este tipo de figurino que os Países em desenvolvimento estão contra e querem que seja revisto para garantir a igualdade. Por exemplo, eles querem um assento permanente reservado para os países em desenvolvimento.

Com relação as mudanças climáticas, os BRICS assumiram o compromisso de trabalhar com a África e outras partes interessadas para garantir que um acordo global seja alcançado em 2015.

Conversações sobre mudanças climáticas estão em curso, embora com desafios uma vez que as nações mais desenvolvidas não estão interessadas a cumprir as suas promessas, especialmente o aumento de financiamento para os Países em desenvolvimento e redução das emissões de gases estufa que causam as mudanças climáticas.

Os países em desenvolvimento, particularmente em África, são os mais afectados pelas mudanças climáticas, devido à limitação de recursos, apesar de serem os menores contribuintes de emissões de gases estufa.

Sobre os objectivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os BRICS disseram que "África e outros países em desenvolvimento do Sul, não podem alcançar os ODM por conta própria e, portanto, a centralidade da Meta 8 em parcerias globais para o desenvolvimento para alcançar o ODM deve permanecer no centro do discurso de desenvolvimento global para o Sistema das Nações Unidas."

Além disso, a cimeira apelou as partes interessadas para acelerar o progresso da implementação para garantir que a meta de 2015 seja cumprida.

"Nesse sentido, ressaltamos que a agenda de desenvolvimento para além de 2015 deve construir o quadro dos ODM, mantendo o foco na erradicação da pobreza e no desenvolvimento humano, ao abordar os desafios emergentes do desenvolvimento levando em consideração as circunstâncias nacionais individuais dos países em desenvolvimento."

A 5ª Cimeira do BRICS decorreu no 27 de Março, sob o tema geral "BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização".

O Brasil vai acolher a 6ª Cimeira do BRICS em 2014, após a conclusão do primeiro ciclo de Cimeiras dos BRICS, no qual cada membro já acolheu um Cimeira.

O mecanismo BRICS visa a alcançar a paz, segurança, desenvolvimento e cooperação. Visa também contribuir significativamente para o desenvolvimento da humanidade e estabelecer um mundo mais equitativo e justo. r

Novas áreas de cooperação do BRICS

A 5ª Cimeira do BRICS concordou em expandir suas áreas de cooperação para cobrir:

- Fórum de Diplomacia Pública do BRICS
- Cooperação Anti-Corrupção no BRICS
- Empresas Estatais/Públicas do BRICS
- Agências Nacionais Responsáveis pelo Controlo de Drogas
- Secretariado Virtual do BRICS
- Diálogo Político da Juventude do BRICS
- Turismo
- Energia
- Desporto e Mega Eventos Desportivos.

Secretariado da SADC efectua Capacitação Institucional

O SECRETARIADO da SADC concluiu um exercício de capacitação institucional facto que concorre para que a organização atinja padrões internacionais no tocante a boas práticas de contabilidade, auditoria, controlos internos e processos de gestão de contratos.

Essa conquista foi possível graças a um processo dirigido de reformas, apoiado pelo Programa de Capacitação Institucional da União Europeia (UE) e pelo governo alemão, através da Sociedade Alemã de Cooperação Internacional (GIZ).

Após vários anos de trabalho intensivo na melhoria da sua capacidade institucional, o Secretariado da SADC foi reconhecido oficialmente em Dezembro de 2012 como tendo padrões internacionais de contabilidade, auditoria, controlos internos e gestão de contratos.

De 2010 a 2012, o Secretariado da SADC trabalhou na adopção de novas formas de gestão financeira e elaboração de relatório das suas actividades e execuções financeiras, proporcionando maior transparência e cultura de prestação de contas.

As reformas incluíram a revisão da Carta de Auditoria Interna, o desenvolvimento dos Termos de Referência para a auditoria externa do Secretariado e desenvolvimento de uma nova Política de Gestão de Risco Empresarial e um novo quadro de gestão de risco de empresa.

As novas regras aprovadas pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2012, vão garantir uma melhor gestão financeira e governação corporativa através da transparência, prestação de contas e controlos financeiros.

As reformas também permitiram a introdução de resultados baseados na cultura de boa gestão no seio do Secretariado da SADC.

Essas mudanças criaram uma plataforma estável organizacional, o que fortaleceu os processos de tomada de decisão da SADC, definição de

prioridades, alocação de recursos e gestão do programa – tudo isto em apoio aos objectivos de integração regional da SADC.

Este cenário permitiu a SADC celebrar acordos de contribuição

directa com a UE no valor de 50 milhões de Euros para apoiar o processo de integração regional da África Austral.

Ao atingir esses padrões, a SADC é agora elegível para

receber e gerir os pacotes de assistência financeira, utilizando os seus próprios sistemas e controlos internos.

Este tipo de arranjo, ao abrigo de acordos de contribuição, permite a UE fornecer a SADC apoio financeiro directo e mais flexível.

O programa também vai abordar os principais factores da gestão e desempenho da liderança para reforçar a capacidade institucional do Secretariado da SADC.

Através da GIZ, a Alemanha entre 2013 e 2016, vai focalizar no reforço das relações entre o Secretariado da SADC e os Estados-Membros, e apoiar os esforços para o diálogo político entre as partes interessadas nos assuntos regionais. r

A UE vai desembolsar 84 milhões de Euros para a SADC no âmbito do 10º Fundo do programa de Desenvolvimento Europeu (EDF10), dos quais 50 milhões serão financiados através dos seguintes acordos de contribuição:

- Cooperação Política Regional, 18 milhões de Euros;
- Apoio à Integração Económica Regional, 20 milhões de Euros; e
- Elaboração de Projectos e Mecanismo de Desenvolvimento, 12 milhões de Euros.

A UE e a Alemanha vão continuar a apoiar os processos de desenvolvimento organizacional e de gestão na SADC através das seguintes actividades:

- Desenvolvimento de um "Centro de Conhecimento" com a capacidade de aconselhar e orientar os Estados-Membros na implementação da Agenda Comum da SADC;
- Recrutamento de um director regional, coordenador de políticas, estratégias e programas do processo de integração regional;
- Prestação de serviços de apoio para facilitar os serviços jurídicos, administrativos, financeiros e contratos de direcções técnicas da SADC, e convocar conferências anuais e reuniões consultivas das estruturas de decisão da SADC; e
- Recrutamento de um gestor profissional de programa para planificação e orçamento, facilitar o processo de implementação, monitoria dos programas prioritários, e elaboração do relatório sobre os progressos na coordenação e cooperação com as partes interessadas da SADC.

Entre 2013 e 2015, o programa de desenvolvimento de capacitação institucional financiado pela UE vai reforçar o processo de manutenção da conformidade institucional.

Iniciam eleições para novo Secretário Executivo da SADC

O PROCESSO para eleger o novo Secretário Executivo da SADC e do seu adjunto já iniciou, com pelo menos dois países apresentando os seus candidatos para o Secretariado Executivo.

Falando após o Conselho de Ministros realizado em Moçambique, em Março, o Ministro angolano das Relações Exteriores, Georges Chikoti, disse que o prazo para as inscrições já havia fechado e o processo de consultas e de angariação de apoio entre os Estados-Membros tinham começado.

Ele observou que vários candidatos apresentaram candidaturas para os dois cargos de topo no Secretariado da SADC.

O mandato do Secretário Executivo em exercício, Tomaz Salomão, termina ainda este ano.

Salomão esteve no cargo durante o máximo de dois mandatos de quatro anos cada, desde a sua nomeação pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Agosto de 2005. O seu primeiro mandato foi renovado em 2009, na Cimeira realizada na República Democrática do Congo. r

Conselho aprova orçamento da SADC e Plano de acção para 2013/14

O CONSELHO de ministros da SADC aprovou o orçamento e plano de acção da organização para 2013/14.

De acordo com um anúncio feito pelo Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Baloi, o orçamento da SADC para o próximo ano está estimado em 65 milhões de dólares norte-americanos.

O orçamento é financiado pelas taxas dos Países membros (33,7 milhões de dólares norte-americanos) e por parceiros de cooperação internacional que deverão assegurar 31,3 milhões de dólares norte-americanos para as actividades da região.

O Conselho observou que a actual estrutura de custos da SADC não é sustentável devido a crescente demanda entre os custos fixos relacionados com o dia-a-dia do Secretariado e os custos de investimento dos programas e projectos de integração económica. r

Posto fronteiriço de paragem única em Chirundu Referência para a integração regional e facilitação do comércio

por Kizito Sikuka

O POSTO fronteiriço de paragem única em Chirundu entre a Zâmbia e o Zimbabwe é um exemplo prático de como a África Austral pode aprofundar a integração e promover o comércio regional.

Formalmente lançado em Novembro de 2009 como uma fase piloto da iniciativa de posto fronteiriço de paragem única, o posto fronteiriço de Chirundu promoveu significativamente o livre movimento de pessoas e bens em toda a região.

Segundo o Ministério de Comércio da Zâmbia, o tráfego em Chirundu duplicou entre 2009 e 2012.

O Secretário Permanente, Stephen Mwansa, disse o tempo de desalfandegamento de camiões de transporte foi reduzido de cerca de seis dias para menos de 24 horas. O desalfandegamento de passageiros agora leva menos de cinco minutos contra uma estimativa de uma hora anteriormente.

Ele disse que a redução do tempo de desalfandegamento é essencial para manter baixo o custo dos produtos uma vez que a maioria dos transportadores geralmente transferem os custos adicionais para os clientes.

"Cerca de 95 por cento do volume de carga transportada na região é por estrada, e o encargo típico de um camião parado varia entre 200 e 400 dólares norte-americanos por dia", disse ele.

"Portanto, se um caminhão levar três dias para concluir o processo aduaneiro na fronteira, o transportador irá transferir um custo adicional de 600 a 1.200 dólares norte-americanos para o importador."

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) elogiou o posto fronteiriço de paragem única em Chirundu como um ponto de referência para as outras regiões, acrescentando que a África Austral e do resto da África



Posto fronteiriço de paragem única em Chirundu, na fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe, promove o comércio regional na África Austral

deverem adoptar estruturas similares para impulsionar o comércio no continente, que tem sido dificultado pela burocracia nos pontos de entrada e de saída.

No seu relatório intitulado "postos de fronteira, postos de controlo e comércio intra-Africano: Desafios e Soluções", o BAD diz que o conceito de posto fronteiriço de paragem única tem sido impressionante na promoção do comércio regional através da remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias na fronteira.

"Agora, os camiões que circulam no sentido Norte-Sul são verificados e submetidos a processos aduaneiros apenas no lado da Zâmbia, e os camiões que circulam no sentido Sul-Norte são processados somente no lado do Zimbabwe", refere o relatório.

O BAD disse que os atrasos burocráticos e longos continuaram a retardar o comércio e o crescimento económico em África.

"Em África, a média das imposições alfandegárias envolve 20-30 actores diferentes, 40 documentos, 200 elementos de dados, dos quais 30 se repetem pelo menos 30 vezes, e a recodificação de 60 a 70 por cento de todos os dados, pelo menos uma vez."

O relatório afirma que esses procedimentos morosos poderiam ser cortado, introduzindo sistemas automatizados para a verificação de documentos.

"Além disso, o tempo e o dinheiro poderiam ser economizado por não duplicar o processo em ambos os lados da

fronteira. Os postos de fronteira são sobrecarregados, resultando em atrasos. Um contentor ou camião pode esperar até três dias para atravessar uma fronteira em África." Ao abrigo do conceito de posto fronteiriço de paragem única, os viajantes são submetidos a procedimentos alfandegários apenas uma vez para a passagem para outro País, em contraste com a situação actual, onde os viajantes têm de completar imigração e formalidades aduaneiras em ambos os lados da fronteira.

O posto fronteiriço de paragem única em Chirundu é um dos projectos-piloto no âmbito da iniciativa do Corredor Norte-Sul que está sendo implementado em conjunto pela SADC, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

A longo prazo, o projecto procura harmonizar as leis alfandegárias e de imigração nos postos de fronteira nas três comunidades económicas regionais.

Outras portas de entrada identificadas para implementação deste conceito incluem o posto fronteiriço de Beitbridge, entre África do Sul e Zimbabwe, e ao posto de fronteira de Kasumbalesa, entre a Zâmbia e a República Democrática do Congo.

Beitbridge e Chirundu são considerados os mais movimentados cruzamentos de fronteira da África subsariana com centenas de camiões que circulam em direcção ao sul ou norte

passando pelos dois postos de fronteira todos os dias.

No âmbito da iniciativa do Corredor Norte-Sul, o COMESA-EAC-SADC identificaram reformas nos postos de fronteira como uma das iniciativas para melhorar as infra-estruturas e aumentar o comércio intra-regional na África Oriental e Austral.

Mais de 1,2 bilhões dólares norte-americanos foram mobilizados como financiamento inicial para implementar o projecto do Corredor Norte-Sul, que atravessa oito países da África Oriental e Austral.

O Corredor Norte-Sul (também conhecido como o Corredor de Durban) é o corredor mais extenso na região, ligando um grande número de Países na África Oriental e Austral.

Ele interliga-se com outros corredores, incluindo os corredores Trans-Kalahari, Beira, Lobito, Dar es Salaam e de Nacala.

Este corredor é fundamental, porque a África do Sul é o maior parceiro comercial Africano para a maioria dos Países da região e o porto de Durban lida com uma parte significativa do tráfego de trânsito para os Estados sem litoral.

Os projectos planeados incluem a construção de mais de 8.000 quilómetros de estradas, reabilitação de 600 km de via férrea e modernização do porto de Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia - um das maiores e mais movimentados portos de África. r



Conferência de infra-estrutura da SADC marcada para Junho

O SECTOR de infra-estrutura da SADC poderá atrair investimento vital numa conferência de investidores de alto nível, marcada para Junho, em Maputo, Moçambique.

A conferência de infra-estrutura faz parte de uma série de iniciativas do Secretariado da SADC para atrair potenciais investidores para a África Austral, em conformidade com o recém-lançado Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas 2012-2027.

Na conferência de investimento de Maputo, a SADC deverá apresentar uma carteira de 418 projectos de infra-estrutura em seis áreas prioritárias de transporte, energia, tecnologia de informação e comunicação, turismo, meteorologia e água.

Esse pacote inclui a proposta do projecto de energia hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa, em Moçambique, o desenvolvimento de um programa de gestão do tráfego na capital das Seychelles, Vitória, a construção da ponte de Kazungula, ligando o Botswana e a Zâmbia, e o desenvolvimento de uma infra-estrutura regional e nacional de banda larga integrada da SADC.

Mais conferências de investidores e exposições estão previstas para a Ásia, os Estados Unidos e alguns Países europeus ainda este ano para atrair investimentos para a África Austral.

O plano director de infra-estrutura é um programa ambicioso de desenvolvimento de infra-estruturas transfronteiriças. É um quadro de planeamento e cooperação entre os Estados-Membros e com os parceiros de desenvolvimento e do sector privado.

Orçado em 500 biliões de dólares norte-americanos, o Plano

Director da SADC será implementado ao longo de três intervalos de cinco anos - curto prazo (2012-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027).

O plano director vai orientar a implementação de redes transfronteiriças coordenadas, integradas e eficientes de infra-estrutura nos seis sectores prioritários.

No sector de energia, o plano vai tratar de quatro áreas-chave de segurança energética, a melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, atacando os abundantes recursos energéticos e aumentando o investimento financeiro, reforçando ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental.

Quanto aos subsectores rodoviário, ferroviário, portos, vias navegáveis e redes de transporte aéreo, o Plano Sectorial de

Transporte irá focalizar quatro áreas-chave, nomeadamente a melhoria do acesso à contínua cadeia de corredores de transporte; redução dos custos de transporte; aumento da competitividade e fornecimento serviços de transporte seguros e protegidos.

O Plano Sectorial de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) vai tratar de quatro áreas principais: garantir a acessibilidade, incluindo o acesso universal à banda larga; acelerar a integração regional através de interconexão de banda larga dentro e entre estados membros da SADC, reduzir o custo das transacções, e melhorar confiança e segurança das infra-estruturas de TIC.

O Plano Sectorial de Água destaca cinco objectivos que incluem o aumento do armazenamento de água de toda a

região; terras irrigadas para a segurança alimentar; geração de energia hidroeléctrica para a segurança energética; aumento do acesso à água potável e aumento dos serviços de saneamento.

O Plano Sectorial do Turismo está virado para o alcance do desenvolvimento socioeconómico reforçado; facilitação da comercialização conjunta da SADC como um único destino, aumento de chegada de turistas e desenvolvimento do sector do turismo de forma ambientalmente sustentável.

O destaque para o Plano Sectorial de Meteorologia assenta sobre a necessidade de assegurar a disponibilidade de informação atempada de aviso prévio sobre o estado adverso do tempo e os impactos da variabilidade climática. r

Plano integrado de transporte para o Corredor do Lobito

ANGOLA, A República Democrática do Congo e a Zâmbia concordaram em desenvolver um plano integrado para a reabilitação, manutenção e operação da rede ferroviária do Corredor do Lobito, numa tentativa de aprofundar a integração e impulsionar o comércio regional.

A decisão foi tomada durante a reunião inaugural de Ministros Responsáveis pelo Transporte nos três países, que se realizou em Luanda, Angola, em Março.

A rede ferroviária do Corredor do Lobito integra os sistemas Ferroviário de Benguela, Sociedade Nacional dos Caminhos de Ferro da RDC e os Caminhos de Ferro da Zâmbia.

O plano integrado visa proporcionar uma linha de transporte ferroviário mais curta e mais eficaz do porto de Angola para a RDC e Zâmbia.

Os três países também concordaram em cooperar na reabilitação, manutenção e

gestão da rede de infra-estrutura rodoviária ao longo do corredor.

Este movimento visa a criação de uma rede de estradas para promover o movimento suave de bens, serviços e pessoas entre os três países. r

BAD financia estudos do projecto de energia no Malawi

O MALAWI recebeu uma doação de 3 milhões de dólares norte-americanos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para financiar estudos de viabilidade para a proposta Central Hidroeléctrica de Kholombidzo.

A concessão tem como objectivo produzir um estudo de viabilidade para o desenvolvimento do projecto de

produção de energia no rio Shire, que deverá contribuir para a expansão da capacidade de geração de energia eléctrica no Malawi e na região da SADC.

O custo total dos estudos de viabilidade é estimado em 3,27 milhões de dólares, com o governo do Malawi contribuindo com 230.000 dólares norte-americanos. r

Bacia do Rio Zambeze

O papel dos Parques Transfronteiriços na gestão dos recursos naturais

por Egline Tauya

O ESTABELECIMENTO de áreas de conservação transfronteiriça é uma das principais iniciativas para o manejo sustentável dos recursos naturais da Bacia do Rio Zambeze.

Os oito países da bacia do Zambeze dependem fortemente da exploração dos recursos naturais e do meio ambiente para as suas economias, e estão, portanto, a tomar medidas para harmonizar as estratégias para a gestão adequada dos recursos naturais, muitos dos quais são compartilhados.

De acordo com uma nova publicação, o Atlas do *Ambiente em Mudança na Bacia do Rio Zambeze*, seis Áreas de Conservação Transfronteiriças (TFCA) estão em diferentes estágios de desenvolvimento na bacia do Zambeze.

O Atlas refere que alguns memorandos de entendimento foram assinados para facilitar o estabelecimento das TFCA, enquanto outros acordos ainda estão em fase conceptual.

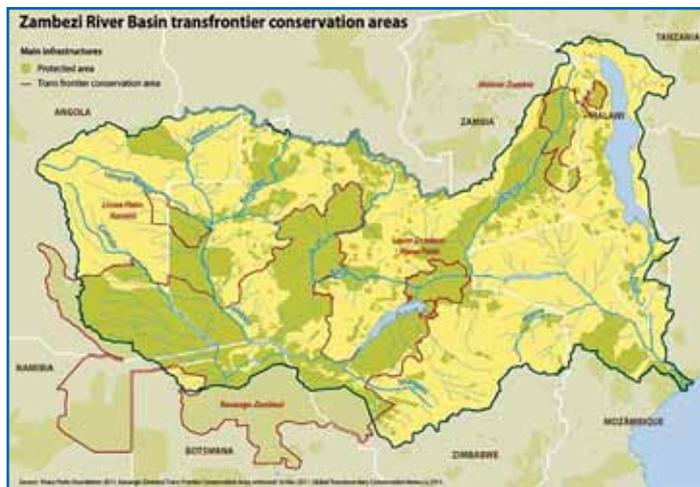
As que já possuem memorandos são a TFCA Malawi e Zâmbia, assim como a TFCA Kavango-Zambeze (KAZA) envolvendo Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Uma sociedade conjunta das autoridades de turismo abrange a gestão do património cultural das comunidades locais, de caça e pesca e conservação da vida selvagem.

KAZA é o maior parque transfronteiriço do mundo e foi lançado em Março de 2012 pelos Ministros do Meio Ambiente dos cinco países.

O lançamento histórico ocorreu depois da assinatura do tratado pelos Chefes de Estado e de Governo dos países respectivos, em Agosto de 2011.

Situado nas bacias do Okavango e Zambeze, onde as



fronteiras dos cinco países convergem, a TFCA KAZA cobre uma área de cerca de 444.000 quilómetros quadrados. É composta de 36 parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação e áreas de gestão comunitária para caça.

A área de conservação apresenta inúmeras atracções turísticas, tais como Vitoria Falls, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, pinturas rupestres San, no Botswana, e absorção da população selvagem na região.

Essa grande concentração de atracções poderá criar uma variedade inteiramente nova de oportunidades de turismo na África Austral, apresentando novas oportunidades de desenvolvimento socioeconómico na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e contribuindo para uma maior integração entre os Estados membros.

Também permitirá que os países participantes, em conjunto, comercializem os seus atractivos, apresentando aos potenciais turistas uma vasta gama de oportunidades e experiências.

Os países parceiros da KAZA identificaram o turismo

como um dos principais motores para o desenvolvimento socioeconómico da região devido aos seus fortes efeitos multiplicadores e estão determinados a acelerar o crescimento da indústria do turismo na região.

O desenvolvimento da KAZA conta com um apoio de vários parceiros de desenvolvimento, com o Ministério Alemão para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ) contribuindo com cerca de 15.5 milhões de Euros para o seu desenvolvimento bem sucedido em Março de 2013.

O lançamento da KAZA é agora uma referência para outros países da bacia e do resto da África Austral nos esforços visando aprofundar a integração e promover o desenvolvimento da região.

As autoridades de turismo do Zimbabwe, Moçambique e Zâmbia chegaram a um acordo em 2009 para estabelecer a TFCA ZIMOZA.

Outros parques transfronteiriços propostos na bacia do Zambeze são a TFCA Liuwa Plains-Mussumia envolvendo Angola e Zâmbia, e a TFCA Selous-Niassa envolvendo Moçambique e Tanzânia.

A TFCA Liuwa Plains-Mussumia é o berço da maior população migratória de gnus azuis no ecossistema miombo na África.

A cada ano enormes manadas de gnus azuis migram da Zâmbia para Angola e vice-versa, atravessando as planícies aos milhares e muitas vezes são confundidos com zebra ao longo do caminho.

Os governos de Angola e da Zâmbia estão a trabalhar para a formalização da TFCA.

O estabelecimento de TFCA é fundada nos ideais da SADC articulados no Protocolo relativo à Conservação da Vida Selvagem e Aplicação da Lei de 1999, que obriga os Estados membros a "promover a conservação dos recursos faunísticos compartilhadas através do estabelecimento de áreas de conservação transfronteiriça".

O Atlas do *Ambiente em Mudança na Bacia do Rio Zambeze*, o primeiro documento do género na bacia e na África Austral, é uma iniciativa de colaboração com o objectivo de fornecer evidências científicas sobre as mudanças que estão ocorrendo nos recursos naturais e no meio ambiente.

O atlas foi produzido para a Divisão de Águas da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), para o Secretariado Interino da Comissão da Bacia do Zambeze (ZAMCOM), e para as partes interessadas da Bacia do Rio Zambeze, pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC), através do seu Instituto do Meio Ambiente, o Centro Muskotwane de Recursos Ambientais para a África Austral (IMERCSA) e GRID-Arendal, ambos centros colaboradores do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). sardc.net



SAPP projecta 2.000 MW para a rede regional em 2013

A **ÁFRICA** Austral espera implementar projectos de energia que irão adicionar cerca de 2.000 megawatts (MW) de electricidade para a rede regional este ano.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome de empresas dos Estados-Membros na região da SADC, disse que a maior parte da energia nova, virá da África do Sul e do Botswana.

Falando numa reunião do Grupo Temático de Energia da SADC realizada em Gaborone, Botswana, no final de Fevereiro, o Gestor do Centro de Coordenação do SAPP, Lawrence Musaba, disse que Eskom da África do Sul vai contribuir com 923 MW, enquanto a Empresa de Electricidade do Botswana irá adicionar um total de 600 MW.

A energia da África do Sul vira das centrais térmicas de Medupi e de Komati bem como de um outro projecto de energia solar, que está em curso no País. (Veja tabela abaixo)

Medupi contribuirá com 722 MW, 101 MW com Komati, enquanto os restantes 100 MW virão do projecto de energia solar.

A nova energia do Botswana será produzida a partir do projecto térmico Morupela B que já está em construção.

A Zesco da Zâmbia vai acrescentar 180 MW a partir do seu plano hidroeléctrico de Kariba Norte, enquanto os produtores independentes de energia na Namíbia e Malawi vão acrescentar 60 MW e 60 MW, respectivamente, para a rede regional.

A energia da Namíbia vai ser produzida a partir do vento, enquanto a do Malawi virá de uma central hidroeléctrica.

Produtores independentes de energia na República Unida da Tanzânia e Zâmbia também irão adicionar cerca de 60 MW e

50 MW, respectivamente. A energia da Tanzânia será a partir de gás, e a da Zâmbia virá de Ndola.

A SNEL da República Democrática do Congo contribuirá com 55 MW a partir do projecto

de reabilitação da Barragem de Inga.

Esta nova energia poderá ajudar a região da SADC a aumentar os seus abastecimentos, bem como atender parcialmente a demanda crescente.

No ano de 2012, o SAPP foi capaz de adicionar um total de 1.031 MW. No próximo ano, o SAPP pretende implementar projectos que irão adicionar cerca de 4.620 MW de energia. r

PROJECTOS DE PRODUÇÃO - METAS PARA 2013

| No | Empresa | País | Nome | Tipo | Capacidade (MW) | Financiamento/Situação |
|--------------|---------|----------|--------------|---------|-----------------|------------------------|
| 1 | BPC | Botswana | Morupule B | Carvão | 600 | Aprovado |
| 2 | IPP | Zâmbia | Ndola Energy | HFO | 50 | Aprovado |
| 3 | SNEL | RDC | Inga 1 | Hídrica | 55 | Reabilitação |
| 4 | IPP | Tanzânia | Mwanza FHO | Gás | 60 | Em construção |
| 5 | Eskom | RAS | Medupi | Térmica | 722 | Em construção |
| 6 | Eskom | RAS | Komati | Térmica | 101 | Em construção |
| 7 | Eskom | RAS | Solar | Solar | 100 | Em construção |
| 8 | IPP | Namíbia | Wind | Eólica | 60 | Em construção |
| 9 | IPP | Malawi | Kapichira | Hídrica | 64 | Em construção |
| 10 | ZESCO | Zâmbia | Kariba North | Hídrica | 180 | Em construção |
| TOTAL | | | | | 1,992 | |

RERA desenvolve plano estratégico de cinco anos

A **ASSOCIAÇÃO** regional de Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA) está a desenvolver um plano estratégico de cinco anos, que resultará na elaboração de estruturas de regulamentação energética e facilitará a criação de um mercado regional de energia viável até 2017.

O plano estratégico para 2013-2017 terá como objectivo desenvolver quadros de regulamentação energética, instrumentos e métodos para promover a integração e harmonização regional. Isto vai facilitar o desenvolvimento de um mercado viável de energia regional na SADC.

Há também planos para desenvolver a capacidade dos reguladores existentes de energia e electricidade na região.

Isto incluirá advocacia para o estabelecimento de reguladores nacionais autónomos na região e o desenvolvimento de um

conjunto de informações sobre o sector de energia.

A RERA é actualmente composta por 10 órgãos reguladores de Angola, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

O Botswana, República Democrática do Congo, Ilhas Maurícias e Seychelles não têm reguladores de energia e estão em vários estágios de reformas do sector de energia.

O Escritório de Regulação de Energia Eléctrica (ORE) de Madagáscar ainda não é membro da RERA.

Quatro dos actuais membros RERA são reguladores de electricidade, cinco são reguladores de energia e dois são reguladores multissetoriais (energia / água).

O plano prevê a promoção do acesso universal a serviços energéticos modernos,

facilitando o desenvolvimento da infra-estrutura de energia para os países com défice e incentivando a migração para custos realísticos de energia, mas também prestar atenção à população de baixa renda.

Além disso, há planos para posicionar a RERA a influenciar proactivamente a evolução do sector de energia da SADC. Isso implicará, entre outras coisas, a transformação da organização de uma empresa de electricidade para uma associação de reguladores de energia bem como melhorar a comunicação e advocacia com as partes interessadas.

O plano estratégico com detalhes de iniciativas específicas em cada um dos objectivos estratégicos será distribuído aos parceiros de cooperação e outras partes interessadas, logo que seja formalmente aprovado pelo Comité Executivo da RERA na sua primeira reunião deste ano. r

Dia de Mercado Antecipado – Comércio regional de

Mercado competitivo de electricidade permite aos Estados membros

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral continua a fazer progressos significativos para alcançar um mercado de electricidade sustentável e competitivo que permite aos Países membros vender e comprar facilmente electricidade entre eles.

O mercado competitivo de electricidades, conhecido por Dia de Mercado Antecipado (DAM) começou a ser implementado em Dezembro de 2009 e é administrado pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

O SAPP é um organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome das empresas de energia dos Estados-Membros, na África Austral.

Todas as empresas de energia da SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia, estão interligadas através do SAPP, permitindo-lhes vender electricidade entre si através de um mercado competitivo.

O responsável de análise de mercados Musara Beta disse numa entrevista a esta publicação, que o DAM tem permitido as empresas membros a ter uma escolha mais ampla no comércio de energia, principalmente em termos de determinação do preço de electricidade.

O DAM - que é o primeiro mercado da electricidade competitivo na África - decorre antes do início de cada dia.

Contratos antecipados são estabelecidos para cada hora do dia seguinte.

O DAM estabelece preços a partir das 11:00 do dia anterior, daí o termo "dia antecipado", com base na produção de energia e nas propostas de comercialização que são oferecidas com antecedência para o SAPP.

Os preços do DAM são determinados numa base horária para cada um dos membros que opera no Grupo de Empresas de Electricidade. Isso significa, portanto, que o vendedor só vai vender a sua electricidade a um preço que eles criaram ou até mesmo maior, pois há alguns compradores que podem manifestar propostas para a mesma quantidade a uma taxa maior.

Por outro lado, o comprador também pode comprar apenas a electricidade ao preço desejado, ou até menos, como alguns vendedores disponibilizando a mesma quantidade de energia eléctrica a uma taxa inferior.

"Aqueles (empresas) que participam no mercado competitivo têm percebido enormes recompensas financeiras", disse Beta, acrescentando que no DAM não há manipulação dos preços, tanto o vendedor e o comprador só oferecem o que eles podem pagar.

Em Fevereiro de 2013, o número de participantes activos no DAM aumentou para seis empresas de electricidade, contra quatro de Janeiro de 2013. Mais empresas manifestaram interesse de integrar a iniciativa, de acordo com o SAPP.

"O desafio é que o comércio de energia na maioria dos Países da SADC seja regulado," afirmou Beta, acrescentando isso está afectando a participação activa de todas as empresas membros.

Outro desafio é que o DAM surge num momento em que a

maioria dos países estão enfrentando um défice no fornecimento de energia, portanto, o mercado de comercialização de energia está numa situação insegura.

"Apesar de todos esses desafios, ainda estamos felizes com a forma como o mercado competitivo está progredindo", disse ele.

Ele disse que desde o lançamento do mercado competitivo em 2009, o SAPP conseguiu concluir concursos avaliados em 216 Gigawatts (GW).

No entanto, do total das propostas, apenas cerca de 60,8 GW foram transferidas do vendedor para o comprador, devido a vários constrangimentos, sendo o principal deles a falta de linhas de transmissão, bem como corredores de transmissão congestionadas.

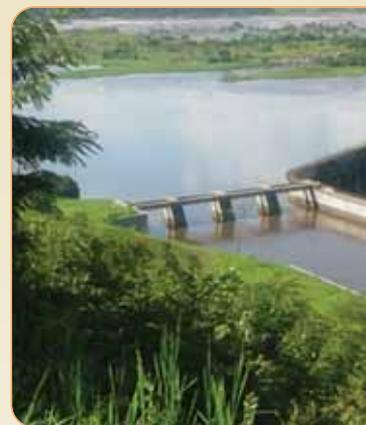
"Todos os volumes concluídos não poderiam passar, o que mostra a gravidade com que as restrições de transmissão afectam o comércio no DAM", disse Beta.

"O potencial para o comércio no DAM está lá, mas a actual capacidade de transmissão não permite que os Países membros explorem plenamente o mercado competitivo. O problema não é com o mercado, mas com o sistema."

A este respeito, ele disse que o SAPP está a trabalhar na implementação de projectos de geração de energia para aumentar a produção de energia na região.

Planos também estão em curso para a construção de novas interligações de transmissão através das fronteiras do Estado-Membro, especialmente para ligar para a rede eléctrica regional os três países membros não vinculados - Angola, Malawi e Tanzânia.

A integração total da rede do SAPP poderá vir a assegurar que qualquer nova capacidade



de geração instalada em qualquer dos três Países também possa beneficiar os outros nove membros do SAPP, ou seja, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue.

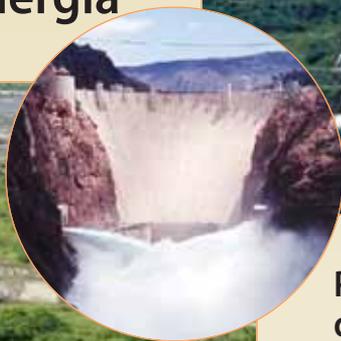
Tal situação, poderia, impulsionar o mercado regional de electricidade competitivo, permitindo aos Países membros

Grande impulso para ... SAPP e Noruega as

O **MERCADO** competitivo regional de electricidade vai registar alguma melhora significativa após a assinatura de um acordo de três anos entre a Noruega e o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral para apoiar o mercado de comercialização de energia.

O acordo, co-financiado pela Noruega e Suécia, no valor de 35.25 milhões de Coroa sueca (cerca de 6,14 milhões dólares norte-americanos), abrange diversas actividades, incluindo a implementação do mercado competitivo regional de electricidade, bem como questões de capacitação e software sobre comercialização de energia.

energia ganha impulso s comprar e vender energia



Países adoptam directrizes transfronteiriças da RERA

SETE ESTADOS-MEMBROS da SADC adoptaram orientações comuns que regem o comércio transfronteiriço de energia.

As directrizes para os reguladores nacionais foram desenvolvidas pela Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA), e aprovadas pelos Ministros de Energia da SADC em 2010.

As Directrizes da RERA sobre o comércio transfronteiriço de energia na África Austral visam proporcionar um quadro favorável para o comércio transfronteiriço e investimento em infra-estrutura, o que permitirá reduzir algumas das incertezas que dificultam os investimentos e minam os esforços para melhorar a segurança do abastecimento através de comércio transfronteiriço.

Eles representam o primeiro passo concreto para a harmonização dos sistemas nacionais de regulação e incentivando de grandes operações transfronteiras, assegurando que as disposições regulamentares na região sejam compatíveis.

Há um grande número de propostas de projectos transfronteiriços de produção e transmissão na África Austral que não estão a evoluir por causa das restrições regulamentares, apesar de serem tecnicamente e economicamente viáveis.

Na maioria dos países da SADC, as autoridades

responsáveis pela regulação do comércio transfronteiriço são as empresas nacionais de electricidade, que têm poderes para tomar decisões sobre tarifas, licenciamento e padrões de serviço. No entanto, os Ministros de Energia na maioria dos Estados Membros da SADC também mantêm alguns poderes de decisão.

Os membros da RERA que adoptaram as directrizes para a implementação são os órgãos reguladores do Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zâmbia.

Outros Estados Membros da SADC, incluindo o Botswana, Madagáscar e Swazilândia estão em processo de criação de reguladores independentes. As directrizes da RERA focalizam sobre as decisões que afectam o comércio transfronteiriço independente, especificamente se a tomada de decisão é feita por uma agência independente ou pelo governo.

O objectivo das directrizes, escritas na forma de princípios, regras e procedimentos, é garantir que os acordos transfronteiriços sejam eficientes e não são limitados por processos pouco claros ou complicados para a tomada de decisões.

As directrizes não têm um estatuto jurídico formal sobre as decisões individuais dos reguladores nacionais. Para ter efeito legal, os reguladores nacionais terão de implementar as directrizes nos seus próprios países. r

a vender e comprar facilmente o excedente de electricidade dos outros Estados.

"Estamos a trabalhar arduamente para vincular todas as empresas membros para a rede regional para promover o intercâmbio de energia excedentária no DAM", disse ele.

O DAM também tem vários outros benefícios, incluindo a capacidade de abrir o sector de

energia para os novos actores e investimentos.

A falta de investimento no sector de energia foi identificada como um dos principais factores que contribuíram para o actual défice de energia na África Austral.

"Podemos estar a enfrentar alguns desafios com relação ao mercado competitivo, mas não vamos desistir. Em breve chegaremos lá", disse Beta. r

o mercado competitivo regional de energia sinam acordo para apoiar o DAM

Outras actividades, como a implementação de projectos de produção de energia para aumentar o fornecimento de electricidade na região, e construir mais linhas de interligação e transmissão também serão cobertas por este acordo. O projecto será executado a partir de Janeiro de 2013 a Fevereiro de 2016.

O mercado competitivo de electricidade, vulgarmente conhecido por Dia de Mercado Antecipado (DAM), permite que as empresas membros do SAPP possam vender excedente de electricidade para os outros, e satisfazer as crises através de compras dos outros. Este processo é administrado pelo Centro de Coordenação

do SAPP em Harare, Zimbabwe.

O SAPP é um organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome das empresas dos Estados membros na África Austral.

O acordo foi assinado a 27 de Fevereiro, em Gaborone, Botswana, por Lawrence Musaba, Gestor do Centro de Coordenação do SAPP e Bruvik Tove Westberg, o Embaixador da Noruega em Moçambique. A cerimónia de assinatura foi testemunhada por membros do Grupo Temático de Energia da SADC que se reuniu no início do mesmo dia. r

Negociações tripartidas COMESA-EAC-SADC sobre ACL

A FÓRUM de negociação comercial tripartida (TTNF) envolvendo três blocos comerciais está agora numa fase crucial para lançar um mercado integrado que abrange 26 países da África Oriental e Austral.

O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e a SADC estão a finalizar negociações para uma Área de Comércio Livre Tripartida (ACL), que foram feitas em diferentes fases.

De acordo com um roteiro aprovado na segunda cimeira conjunta dos chefes de Estado e de Governo das três Comunidades Económicas Regionais (CER), realizada em Junho de 2011, as negociações serão realizadas em três fases - fase preparatória, a fase um e fase dois.



Secretário Executivo da SADC, Tomáz Salomão



A fase preparatória envolveu principalmente a troca de todas as informações relevantes, incluindo as tarifas aplicáveis em cada país, bem como os dados e medidas do comércio.

Esta fase serviu para assegurar que as três comunidades económicas regionais adoptassem termos de referência e regras de procedimento para o estabelecimento do TTNF.

Esta fase iniciou em Dezembro de 2011 e previa-se que durasse entre seis e 12 meses.

Após a sua conclusão em Novembro de 2012, as negociações tripartidas avançaram agora para uma fase de negociações.

A primeira fase irá abranger questões centrais de liberalização tarifária da ACL, regras de origem, procedimentos aduaneiros e simplificação da documentação aduaneira, procedimentos de trânsito, barreiras não-tarifárias, defesa comercial e outras barreiras técnicas ao comércio e resolução de conflitos.

A questão da facilitação do movimento de pessoas de negócios dentro da região será negociada em paralelo com a fase um.

A última fase de negociações - fase dois - vai cobrir o comércio de serviços e assuntos relacionados com o comércio, incluindo questões relacionadas com direitos de propriedade intelectual, política de concorrência e do desenvolvimento do comércio e da competitividade.

De acordo com o roteiro, todas as negociações para a chamada "Grande" ACL deverão ser concluídas dentro de 36 meses. Posteriormente, o

COMESA-EAC-SADC deverão lançar a sua ACL única em 2016.

A proposta ACL deverá reforçar comércio intra-regional através da criação de um mercado mais amplo, o aumento dos fluxos de investimento, aumento da competitividade e o desenvolvimento de infra-estrutura inter-regional.

O mercado integrado será constituído por uma população combinada de quase 600 milhões de pessoas e um produto interno bruto (PIB) de cerca de 1 trilhão de dólares norte-americanos.

Isso abriria as fronteiras para literalmente metade do continente, abrangendo as regiões inteiras do sul e leste da África - do Cabo ao Cairo.

A "Grande" ACL está no quadro da criação de uma Comunidade Económica Africana e da Visão e Estratégia global da União Africana apresentada no Plano de Acção de Lagos de 1980 e do Tratado de Abuja de 1991.

África tem como objectivo estabelecer uma vasta área de livre comércio em 2017, e acordos comerciais regionais, como a ACL Tripartida são considerados como alguns dos blocos de construção da futura Comunidade Económica Africana. r

A **ÁREA** Tripartida COMESA-EAC-SADC foi criada em 2005 com o objectivo principal de fortalecer e aprofundar a integração económica das regiões do sul e do leste da África.

Isso está sendo obtido através de várias iniciativas destinadas a harmonização de políticas e programas das três CERs nas áreas aduaneira, comércio e desenvolvimento de infra-estrutura, e a sua implementação de forma coordenada e, sempre que possível, em conjunto.

A agenda Tripartida está focada e sustentada por uma visão e estratégia robusta que é implementada através de um programa de trabalho amplo cujos principais pilares são:

- Harmonização e melhoria da funcionalidade dos sistemas de negociação e programas regionais, incluindo o estabelecimento de um acordo de comércio livre Tripartido abrangendo os seus 26 países-membros;
- Melhoría da facilitação do comércio para melhorar o fluxo de bens ao longo dos corredores de transporte, reduzindo os tempos de trânsito e os custos de negociação;
- Planeamento e implementação conjunta de programas de infra-estrutura, que compõem principalmente transporte de superfície (rodoviário, ferroviário, postos de fronteira, portos) e aéreo, TIC e energia; e
- Livre circulação de agentes económicos dentro da região Tripartida para facilitar a realização de negócios.

A agenda Tripartida também está a lidar com os desafios de sobreposição de membros através de programas de harmonização entre as três RECs. r





SADC e UE determinados no aumentar da cooperação

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral e a União Europeia assumiram o compromisso de fortalecer a cooperação em diversas áreas socioeconómicas para promover o desenvolvimento das duas regiões.

SADC e a UE fizeram a promessa num diálogo político ministerial realizado em Maputo, Moçambique, no final de Março. A reunião marcou os 19 anos desde o início do diálogo UE-SADC.

Na reunião, as duas regiões assinaram um acordo de 20 milhões de Euros que ajudarão a SADC a implementar um novo programa intitulado Apoio à Integração Económica Regional (REIS), que visa impulsionar o comércio e aprofundar a integração por meio da eliminação de barreiras ao comércio e melhorar o ambiente de negócio na região.

O Secretário Executivo da SADC Tomaz Salomão assinou o acordo em nome da SADC, enquanto o Chefe de Delegação da UE para o Botswana, o embaixador Gerard McGovern, representou a UE.

O REIS visa uma maior integração regional económica, que é o foco principal da cooperação UE-SADC no âmbito do 10º Fundo de Desenvolvimento Europeu (FED) e baseia-se na Agenda Comum da SADC sobre as prioridades estabelecidas no seu Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP).

O proposto REIS incidirá sobre dois protocolos que são fundamentais para proporcionar a base para a integração económica regional - o Protocolo de Comércio da SADC e o Protocolo sobre Finanças e Investimentos - e também irá apoiar a

negociação e implementação do Acordo de Parceria Económica (APE).

O REIS visa abordar questões de implementação destes dois protocolos, a nível regional e particularmente no Secretariado da SADC.

O objectivo específico do programa é criar um ambiente favorável através do Secretariado da SADC para melhorar a circulação de bens e serviços dentro da SADC, facilitar o investimento, e segurar arranjos de compatíveis de acesso ao mercado entre a Organização Mundial do Comércio, os Países da SADC e da UE.

Sobre o FED 11, que abrangerá o período 2014-2020, as organizações regionais concordaram em iniciar consultas em Abril para identificar as prioridades da SADC para o financiamento durante os próximos sete anos.

As consultas deverão ser concluídas até o final do ano e um acordo foi feito para garantir que o apoio se concentre no mandato central da SADC e na ligação entre o desenvolvimento nacional e regional.

No que diz respeito ao desenvolvimento de infra-estruturas, as duas regiões concordaram em trabalhar juntos na melhoria das infra-estruturas na África Austral.

A UE disse que vai apoiar o recém-aprovado Plano Director Regional de Desenvolvimento Infra-estrutura e outros projectos de desenvolvimento do Fundo Fiduciário de infra-estrutura transfronteiriça da UE-África.

Em relação ao RISDP da SADC que está actualmente em revisão, as duas regiões concordaram sobre a importância de uma aplicação eficaz e focada do modelo de desenvolvimento como o roteiro para a integração económica da região.

A SADC convidou a UE e outros Parceiros de Cooperação Internacional (PIC) para partilhar experiências e apoiar o processo de revisão.

Sobre as negociações em curso de APE com a UE, a SADC enfatizou a necessidade de concluir as discussões o mais cedo possível, de forma trazer um resultado que vai ajudar os países em desenvolvimento a longo prazo.

Várias questões têm paralisado as negociações, incluindo a forma de embarcar nos acordos comerciais complexos da África Austral, mantendo a coerência na região.

Outros desafios são: como lidar com serviços, investimentos e outras questões comerciais, tais como regras de origem, bem como algumas disposições do texto provisório do APE que parece favorecer uma parte em detrimento da outra.

O grupo de negociação da SADC integra Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia,

Suazilândia e República Unida da Tanzânia.

Os outros países da SADC - Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Zâmbia e Zimbábue - negociaram no âmbito do grupo da África Oriental e Austral (ESA), enquanto a República Democrática do Congo esteve integrado na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEMAC).

África do Sul participa no grupo SADC, mas apenas como observador, uma vez que o País já tem um acordo comercial com a Europa.

Foi acordado que as reuniões sejam realizadas periodicamente com funcionários seniores da SADC-UE numa base anual, enquanto a reunião de nível ministerial SADC-UE deverá ser organizado a cada dois anos.

O local das reuniões será alternado entre as regiões da SADC e da União Europeia. Portanto, as próximas reuniões de funcionários seniores e de nível ministerial deverão decorrer em 2014 e 2015, respectivamente, em Bruxelas, na Bélgica. r

África e América do Sul Rumo a cooperação Sul-Sul



A **ÁFRICA** e a América Latina (ASA) estão a implementar um total de 27 projectos assinados na 3ª Cimeira da ASA realizada em Malabo, Guiné Equatorial.

Os projectos abrangem diversas áreas de interesse comum, incluindo a educação e cultura, paz e segurança, desenvolvimento institucional, governação e administração

pública, comércio, investimento e turismo.

Outros sectores são infra-estrutura, transporte e energia, ciência e tecnologia, agricultura e meio ambiente, questões sociais, saúde, desporto, género e juventude. O plano de aplicação será para o período de 2013 a 2016. r

Rendimentos da mineração e desenvolvimento económico

A **RELAÇÃO** entre os Governos e os Tesouros Nacionais com as empresas de mineração está em revisão em vários Países da África Austral, com o objectivo de aumentar a receita e garantir uma renda sustentável para o desenvolvimento nacional.

A Tanzânia, Zâmbia e África do Sul, entre outros, fizeram revisão ou estão em processo de revisão das suas rendas de mineração e o Zimbabwe está a implementar uma política de autonomia económica através de participação accionista para atender às necessidades de pessoas desfavorecidas.

O Presidente Sul-Africano Jacob Zuma disse no seu discurso do Estado da Nação em Fevereiro que o seu ministro das Finanças iria encomendar um estudo das políticas fiscais este ano "para ter certeza de que temos uma base de receita adequada para suportar a despesa pública".

"Parte deste estudo será avaliar o regime dos rendimentos de mineração em curso, no que diz respeito à sua capacidade de servir adequadamente o nosso povo."

A África do Sul é o maior produtor de platina, cromo e manganês do mundo, entre outros. De acordo com o Departamento de Recursos Minerais, nove empresas deficitárias de mineração de platina foram fechadas no ano passado, e a anglo-americano Platinum, o maior produtor, anunciou seus planos da corte de quatro eixos, o que poderia custar 14 mil postos de trabalho, apesar da unidade de diamante De Beers, ter anunciado planos para investir 2,3 biliões de dólares norte-americanos numa nova mina subterrânea.

A indústria de mineração na África do Sul emprega directamente 500.000 pessoas, de acordo com a Bloomberg, contribui com cerca de nove por

cento do Produto Interno Bruto (PIB) e gera dois terços das exportações.

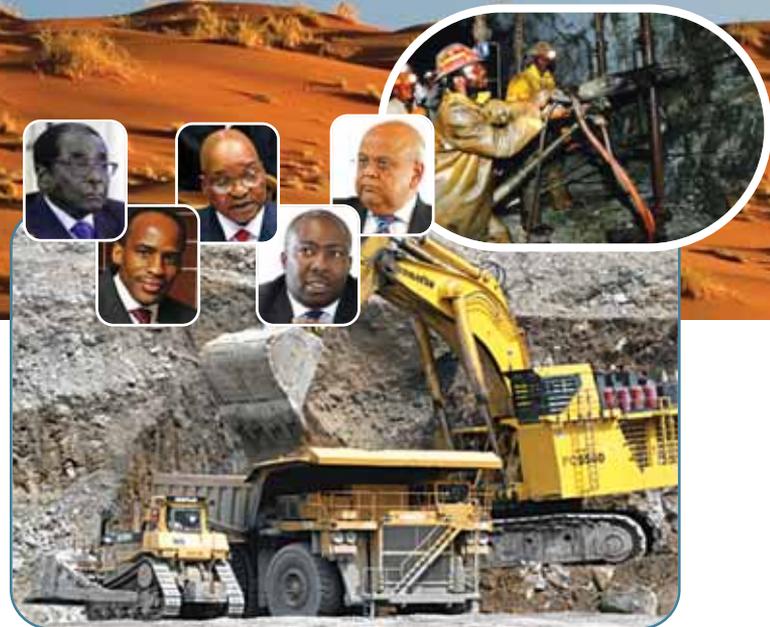
No início da mineração de diamantes na África do Sul na década de 1860, os agricultores Afrikaner que fugiram do domínio britânico estabeleceram-se no vale de Rustenburg e as comunidades locais foram deslocadas sem levar em conta os direitos tradicionais da propriedade de Bafokeng. Eles exploraram as terras, registaram, parcelaram e dividiram-se entre si.

O chefe da área durante esse tempo, Kgos Mokgatle, reconheceu que o direito de posse da terra tradicional de Bafokeng era susceptível de ser usurpado. Ele ordenou os homens jovens da comunidade a caminhar para Kimberley, 484 quilómetros de distância, para trabalhar e ganhar dinheiro que foi acumulado em um fundo comunitário central para comprar fazendas na região. A maioria das terras da propriedade de Bafokeng foi adquirida dessa maneira ao longo de um período de 20 anos.

Hoje, através de vários programas de capacitação económica, o Rei da comunidade de Bafokeng detém participações significativas na Implats, a nova mina de platina Rasimone Bafokeng, SA e de mineração de carvão, bem como participações em empresas blue-chip que prestam serviços de telefonia celular e de seguros.

Os zimbabwianos compartilharam a mesma história com outros povos indígenas que na África Austral foram violentamente expulsos das suas terras para abrir caminho para os colonos brancos.

O Zimbabwe iniciou uma política de envolvimento dos zimbabwianos indígenas anteriormente desfavorecidos nas actividades económicas do



País para garantir o desenvolvimento equitativo das comunidades através da posse de recursos do País.

Através do Regulamento de Autonomia Económica do Zimbabwe, aprovado em 2007, mas implementado a partir de 2010, as empresas estrangeiras devem vender pelo menos 51 por cento de suas acções para os zimbabwianos indígenas ao longo de um período de quatro anos a partir de Fevereiro de 2011.

Os objectivos anuais de autonomização são:

- Ano 1- 26% de participação;
- Ano 2 - 36% de participação;
- Ano 3- 46% de participação;
- Ano 4- 51% de participação;

Várias medidas foram instituídas para garantir participação de uma grande parte dos zimbabwianos indígenas, incluindo a introdução de gestão, partilha de emprego e integração das comunidades.

Mais de 120 empresas de mineração têm cumprido as leis de indigenização e 400 funcionários Participam como Accionistas tendo sido criados como veículos para a participação das comunidades locais na estrutura accionista das empresas que operam nas suas áreas, incluindo a Zimbabwe Platinum (Zimplats), que é detida maioritariamente pela firma Sul-Africana platina, Impala Platinum (Implats).

Até a presente data cinco regimes comunitários, com capital inicial de mais de 100

milhões de dólares norte-americanos, foram lançados pelo Presidente Robert Mugabe. Os recursos provenientes dessa participação devem ser devidamente contabilizados e utilizados em projectos que beneficiem as comunidades.

A política do governo é de que os gestores e os trabalhadores devem adquirir alguma participação como parte da exigência de indigenização de 51 por cento, enquanto pelo menos 10 por cento da participação accionista em empresas de qualificação deve ser reservada para as comunidades.

O dinheiro que resulte de tal participação é usado para o fornecimento de infra-estrutura social e económica, de acordo com as prioridades das comunidades envolvidas, tais como escolas e outras instituições de ensino, bolsas de estudo, apoio a hospitais e clínicas locais, manutenção de estradas, obras de água e instalações sanitárias.

"Este acordo reforça nosso compromisso com a boa cidadania corporativa e estabelece as bases para a criação de uma empresa de mineração de platina sustentável do Zimbabwe, capaz de atrair o investimento necessário para trazer benefícios futuros para os nossos accionistas, o povo do Zimbabwe, nossos funcionários e a comunidade local", disse o Chefe Executivo da Implats, Terence Goodlace. r

Tanzânia lidera força de intervenção da SADC na RDC

A **REPÚBLICA UNIDA** da Tanzânia vai comandar o contingente militar da SADC na República Democrática do Congo, como parte de uma força de intervenção internacional, cuja implantação foi aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Março.

O Chefe do Estado-Maior da Força de Paz da SADC, Brigadeiro Maaparankoe Mahao, disse que nove Estados Membros

da SADC se comprometeram a enviar pessoal quando a missão começar.

Trata-se de Angola, Lesotho, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Mahao disse Moçambique, Tanzânia e África do Sul

prometeram enviar batalhões enquanto o Malawi e Lesotho contribuirão com companhias. Zimbabwe se comprometeu a enviar várias unidades para se juntar à força.

Ele disse que é difícil estimar o custo da missão na República Democrática do Congo, "uma vez que não sabemos quanto tempo vamos ficar lá."

A situação de segurança na República Democrática do Congo foi o único ponto discutido numa Cimeira Extraordinária da SADC, realizada em Maputo, em Fevereiro.

Falando a jornalistas após a reunião, o Secretário Executivo da SADC, Tomaz Salomão, disse que o plano de implantação foi elaborado e os Estados-Membros estão a disponibilizar tropas.

"Agora estamos à espera de um mandato da ONU para a intervenção militar da SADC que não deve ser confundida com uma invasão."

Salomão reconheceu a complexidade da situação na RDC, onde a SADC decidiu enviar uma força de intervenção neutra numa iniciativa conjunta com as Nações Unidas.

Além do mandato, há outras questões sensíveis em discussão, como a segurança dos soldados que serão estacionados no Leste da RDC.

"Você não pode simplesmente levar soldados e colocá-los num lugar que é instável. Temos que trabalhar em questões logísticas e de segurança", disse Salomão. Estas preparações incluem procedimentos a serem seguidos em caso de morte dos membros da força regional.

A RDC entrou em turbulência política no ano passado, quando os rebeldes anti-governo auto intitulados Movimento 23 de Março invadiram e capturaram a cidade de Goma, causando o deslocamento de pessoas e a perda de vidas e bens.

Os rebeldes ameaçaram desde então a marchar em direcção a Kinshasa, a capital do mais vasto e rico país em minerais.

A SADC exigiu a cessação das hostilidades e pediu uma solução pacífica e duradoura para o conflito, dizendo que ele pode ser resolvido através do diálogo colectivo. r

Conselho de Segurança aprova força de intervenção para a RDC

O **CONSELHO** de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade uma ofensiva sem precedentes e uma "brigada de intervenção", com um mandato para operar no leste da RDC.

No entanto, apesar da resolução permitir a unidade ofensiva de 2.500 soldados para expulsar os rebeldes da região rica em recursos, com ou sem as tropas do governo, a título "excepcional e sem criar um precedente" para as operações de paz da ONU, ela refere que uma "estratégia de saída clara" será adoptada antes do termo em um ano.

A unidade especial irá fazer parte da Missão de Estabilização da ONU na RDC (MONUSCO). O seu objectivo é combater as "actividades desestabilizadoras do Movimento 23 de Março e de outros grupos armados congolezes e estrangeiros que operam no leste do Congo", por violações do direito internacional humanitário. *Xinhua* r



Aprovado Quadro de Paz e Segurança para a RDC

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS da SADC e outras instituições internacionais assinaram Quadro de Cooperação para a Paz e Segurança para a República Democrática do Congo, que visa resolver o conflito na parte oriental do País.

Assinado em Fevereiro na Etiópia pela RDC, seus vizinhos na Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL) e da SADC, o quadro oferece oportunidades para todas as partes interessadas se comprometam a atingir uma paz duradoura na RDC.

O quadro foi assinado por 11 países da África austral e oriental, com todos os signatários comprometendo-se a abster-se de apoiar grupos rebeldes congolezes. No entanto, nenhuma das várias milícias rebeldes congolezes estavam presentes no momento da assinatura.

A ONU se comprometeu a realizar uma revisão estratégica de sua força de manutenção da paz, a Missão de Estabilização da ONU na RDC (MONUSCO).

A ONU e da União Africana são garantes do acordo. r





Zimbabwe aprova Projecto de Constituição

OS ZIMBABWEANOS votaram esmagadoramente a favor de uma nova Constituição durante um referendo em Março, abrindo o caminho para as eleições gerais deste ano.

De acordo com os resultados divulgados pela Comissão Eleitoral do Zimbabwe (ZEC), um total de 3.316.082 pessoas votaram durante o referendo realizado a 16 de Março.

Do total de votos, 3.079.966 (93 por cento) votaram a favor do projecto de Constituição, enquanto 179.469 votaram contra. Houve 56.627 cédulas rejeitadas.

A votação foi aberta a todos os cidadãos do Zimbabwe maiores de 18 anos mediante a apresentação de um documento de identificação válido, independentemente de serem ou não registados como eleitores.

A afluência às urnas foi maior do que o último referendo realizado em 2000 e das eleições gerais de Março de 2008, quando 1,3 milhões e 2,5 milhões de pessoas votaram, respectivamente.

O projecto de Constituição, cujo desenvolvimento foi facilitado por uma comissão parlamentar inter-partido, já foi elaborado, na forma de um projecto de lei constitucional por um período de pelo menos 30 dias, conforme exigido pela lei.

O projecto de lei será apresentado na Assembleia da República no dia 7 de Maio para debate e aprovação final com pelo menos uma maioria de dois terços, e, em seguida, encaminhado ao Senado para aprovação por uma maioria de dois terços, antes de ser enviados para o Presidente para assinatura.

A data das eleições presidenciais / parlamentares / locais deverá ser anunciada logo após a nova Constituição tornar-se lei. O mandato do Parlamento actual termina a 29 de Junho.

O projecto de Constituição vai substituir a actual Constituição de Lancaster House que foi negociada em Londres antes da independência e foi alterada 19 vezes desde 1980.

O projecto de Constituição propõe uma série de medidas radicais, incluindo o aumento do número de mulheres em cargos de tomada de decisão.

O Parlamento será composto pela Assembleia Nacional e Senado. A Assembleia Nacional será composta por um total de 270 membros, sendo 210 deputados eleitos por escrutínio secreto, de 210 círculos uninominais e 60 mulheres adicionais eleitas por representação proporcional - seis de cada uma das 10 províncias administrativas do País.

O Senado será composto por 80 membros, seis eleitos de cada província através de um sistema de representação proporcional, com base nos votos para os candidatos que representam partidos políticos nas eleições para a Assembleia Nacional e seleccionados a partir de listas partidárias com base no sistema de "zebra", no qual "candidatos do sexo masculino e feminino estão listados alternativamente, sendo cada lista dirigida por um candidato do sexo feminino."

Os observadores eleitorais da SADC aprovaram o referendo sobre a nova Constituição do Zimbabwe, pedindo aos zimbabweanos para ficar em paz antes das eleições gerais deste ano.

Numa declaração preliminar emitida na conclusão do referendo, a Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) aplaudiu a conduta pacífica e ordeira do referendo.

A SEOM observou que apesar das preocupações sobre os recursos disponíveis para ZEC na preparação do referendo, o tempo limitado para a educação



dos eleitores, e uma imprensa polarizada, os preparativos globais e processos de votação foram conduzidos de uma forma credível.

"Em geral, a missão observou que o processo de votação foi realizado de forma pacífica, transparente e suave," disse Bernard Membe.

"A Missão observou que o processo de contagem começou imediatamente após o encerramento das assembleias de voto. O processo de contagem foi realizado processualmente".

Membe, que chefiou a missão de observadores da SADC, é um membro do Parlamento na República Unida da Tanzânia, e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional.

A missão da SADC observou que, para além adesão geral para os instrumentos jurídicos nacionais e os Princípios e Normas de Eleições Democráticas da SADC, algumas "boas práticas democráticas e lições" foram observadas no referendo.

Estas incluíram o fornecimento de apoio logístico e material adequado pela ZEC para garantir que todos os cidadãos em idade de votar fossem capazes de participar no referendo; pronta acreditação de observadores; uso de tinta indelével para evitar o voto duplo, a utilização de urnas transparentes e elevado estado de prontidão pela Polícia da República do Zimbabwe em fornecer segurança adequada.

A SEOM foi colocada oficialmente em Harare a 10 de Março e destacados 78 observadores para 10 províncias do Zimbábue. r

Eleições presidenciais de Madagáscar adiadas para Julho

A PRIMEIRA volta das eleições presidenciais no Madagáscar foi adiada de Maio para 24 de Julho devido a problemas logísticos, informou a Comissão Eleitoral Nacional Independente de Transição (CENTIT).

O Presidente da CENTIT, Atallah Beatrice, disse que a segunda volta, se for necessário, será realizado com a eleição parlamentar a 25 de Setembro. A primeira volta estava inicialmente marcada para 03 de Julho, enquanto as eleições legislativas estavam originalmente prevista para Julho.

Os dois principais rivais políticos em Madagáscar resolveram não se candidatar às eleições presidenciais em resposta a uma forte pressão regional e internacional para dar a ilha um novo começo depois de quatro anos de crise constitucional.

Andry Rajoelina, o presidente da Autoridade de Transição, e o ex-presidente Marc Ravalomanana disseram que não vão concorrer nas eleições. r

Eventos Abril-Junho de 2013

| | |
|--|--|
| Abril 15-17, Namíbia | Fórum de Migração Digital de Radiodifusão na SADC Emissoras da SADC vão discutir as actividades que garantam a todos os Estados membros para que estejam prontos para a transição da radiodifusão digital. |
| Maio 6-8, Zâmbia | Comité Técnico de Recursos Hídricos da SADC O comité é composto por técnicos do governo do sector de águas e reúne-se pelo menos uma vez por ano para discutir a gestão dos recursos hídricos na região. Este comité presta contas ao Comité de Ministros de Águas da SADC. |
| 8-10, África do Sul | Fórum Económico Mundial sobre África 2013 O tema do fórum deste ano é "Cumprindo a Promessa de África." O encontro terá a participação de várias organizações regionais e globais de negócios, governo e líderes da sociedade civil para aprofundar a agenda de integração da África e renovar o compromisso com o crescimento e desenvolvimento sustentável. |
| 9-10, Zimbabwe | Seminário Regional de peritos sobre a revisão intermédia do RISDP Este seminário de dois dias permitirá aos peritos de instituições da região apresentar os seus contributos directos no processo de revisão do RISDP. |
| 14-16, Lesotho | Reunião de Ministros da Energia da SADC Ministros da Energia da SADC vão se reunir para discutir a situação energética na região. A reunião será precedida por um encontro preparatório de funcionários seniores. |
| 15-17, África do Sul | Conferência sobre Desenvolvimento sustentável de Infra-estruturas de Energia A conferência tem como objectivo passar em revista o progresso global na implementação das metas desde a designação de 2012 como o Ano Internacional da Energia Sustentável. Os delegados irão avaliar as infra-estruturas disponíveis e as oportunidades de Renascimento sustentável, bem como os impactos sobre o desenvolvimento social e económico das comunidades. |
| 19-27, Ethiopia | 21ª Cimeira da União Africana Coincidindo com o 50º aniversário da OUA / União Africana, os líderes africanos vão discutir formas de aprofundar a integração e desenvolvimento. O tema para o jubileu de ouro é "pan-africanismo e Renascimento Africano". A Organização de Unidade Africano foi criada a 25 de Maio 1963, com uma agenda política para libertar o continente do jugo colonial e do apartheid. Depois de conseguir isso, foi transformada em União Africana, em 2002, para buscar a unidade e desenvolvimento. |
| 20-24, Lesotho | Reunião de Ministros da SADC Responsáveis pelas Telecomunicações, Correios e TIC Ministros da SADC vão discutir as infra-estruturas de telecomunicações na região e projectos para apoiar outros sectores, incluindo o turismo, comércio e indústria. |
| 27-31, Angola | Ministros de Águas da SADC Ministros da SADC responsáveis pelos Recursos Hídricos vão se reunir em Luanda para discutir a situação da água na região e o progresso em direcção a implementação do Plano de Acção Estratégico Regional para o desenvolvimento dos recursos hídricos e gestão integrada. |
| Junho Data por indicar, Moçambique | Cimeira sobre Investimento em Infra-estruturas da SADC A conferência vai procurar atrair potenciais investidores para o programa de desenvolvimento de infra-estrutura regional da SADC, e será seguido por exposições na Ásia, Europa e Estados Unidos. |



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 15 No 3 Abril 2013



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Patience Ziramba,
Teclar Mungwari, Wanjiku Nguji, Nobuhle Sithole.

CONSELHO EDITORIAL

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2013

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 brics.co.za, P Johnson, namibian.com; p4 northstar-alliance.org,
news.zimonline.com, africanews.com, flickriver.com, wildzambezi.com;
p5 sardc.net, angola.today.com; p8 internationalrivers.org, ecofriend.com,
internationalrivers.org; p10 sadc.int, africa.com, illustrative options; p12 znccharare.co.zw,
www.southafrica.net, www.gta.gov.zw, namibian.org, thezimbabwemail.com,
sabc.co.za; p13 worldbank.org, tanzania.go.tz, un.org; p14 thezimbabwean.co.uk,
thezimbabwemail.com, thezimbabwemail.com, eisa.org.za; p16 P. Johnson,
tanzania.go.tz, fcghana.com, opera.com

Subscriva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento




50 anos depois

Visão africana de desenvolvimento e prosperidade

HÁ CINQUENTA anos, os líderes dos 32 países africanos independentes criaram a Organização de Unidade Africana a 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba, Etiópia.

A visão principal dos fundadores da OUA era acelerar a libertação política do continente Africano e os países africanos ainda sob domínio colonial, um objectivo que alcançaram cerca de 30 anos depois, com o fim do apartheid em 1994.

Eles também se comprometeram a promover a unidade e coesão entre os Estados africanos recém-independentes enquanto avança o seu desenvolvimento económico.

Os fundadores argumentaram que a promoção da unidade, a integração e a solidariedade entre os Estados Africano era crucial para garantir o futuro económico e político do continente a longo prazo. A OUA foi reconstituída como a União Africana, em 2002, com esta finalidade.

Hoje a fundação da OUA é celebrada e comemorada todos os anos no dia 25 de Maio como Dia de África, num dia em que, independentemente do seu parceiro ou situações, os africanos comemoram a libertação do continente e do sonho de unidade Africana.

Três estados da África Austral estavam entre os membros fundadores da OUA - República Democrática do Congo (então conhecida como Congo Léopoldville), Madagáscar, Tanganyika e Zanzibar. Os dois últimos países uniram-se no ano seguinte para formar a República Unida da Tanzânia.

Os novos estados independentes foram confrontados com tarefas formidáveis tais como o desenvolvimento de suas economias e transformação das suas sociedades, enquanto continuam fortemente endividados a entidades ocidentais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

A OUA desempenhou um papel fundamental na erradicação do colonialismo e do governo de minoria em África.

Um Comité de Libertação da OUA foi criado e organizado na capital da Tanzânia, Dar es Salaam, para prestar assistência material aos movimentos de independência, principalmente os da África Austral que tiveram que pegar em armas para libertar os seus Países.



Os pais fundadores da OUA incluído o anfitrião, o Imperador Haile Selassie I da Etiópia, e os presidentes fundadores do Ghana e Tanganyika, Osagyefo Kwame Nkrumah e Mwalimu Julius Nyerere, foram os principais defensores do pan-africanismo, na segunda metade do 20.º século.

Selassie I foi o primeiro presidente da OUA, a partir de Maio de 1963 a Julho de 1964, seguido por Gamal Abdel Nasser, do Egipto, (Julho 1964-Outubro 1965) e Nkrumah (Outubro de 1965-Fevereiro 1966).

A África do Sul tornou-se o 53.º País a juntar-se a OUA, depois de superar o apartheid e a eleição de um novo governo democrático em 1994, deixando apenas o Sahara Ocidental ainda uma colónia de Marrocos. Marrocos deixou a OUA por causa de uma disputa sobre o Sahara Ocidental.

A OUA foi dissolvida oficialmente a 9 de Julho de 2002, pelo seu último presidente, o ex-Presidente Sul Africano Thabo Mbeki, e substituída pela União Africana.

Na altura da sua dissolução, 53 dos 54 estados Africanos tinham-se tornado membros da OUA.

Para comemorar os 50 anos desde a fundação da OUA, vários eventos foram organizados pela Comissão da UA.

Estes incluem a iluminação simbólica de tochas por todos os Estados membros. As tochas simbolizam o desejo de África reverter a actual imagem negativa de desespero "na narrativa real de oportunidades e potencial."

"Essas lanternas também são um símbolo da nossa vontade colectiva para iluminar o futuro da África", disse a Presidente da Comissão da UA, Nkosazana Dlamini-Zuma. r

Um tempo para a África - Mbeki

"CHEGOU A hora da África tomar o seu lugar nos assuntos globais. Chegou a hora de acabar com a marginalização da África. Apelamos ao resto do mundo para trabalhar connosco como parceiros." O ex-Presidente Sul-Africano, Thabo Mbeki, no discurso de dissolução da OUA e do lançamento da União Africana, 09 de Julho de 2002, em Durban, África do Sul.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Abril – Maio 2013

| | | |
|----------|---|--|
| 1 Abril | Segunda-feira Santa | Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábwe |
| 4 Abril | Dia da Paz e Reconciliação | Angola |
| 7 Abril | Dia do Sheikh Abeid Karume Dia da Mulher | Tanzânia Moçambique |
| 8 Abril | Feriado Público | Moçambique |
| 11 Abril | Ougadi | Maurícias |
| 18 Abril | Dia da Independência | Zimbábwe |
| 19 Abril | Aniversário do Rei | Swazilândia |
| 25 Abril | Dia da Bandeira Nacional | Swazilândia |
| 26 Abril | Dia da União | Tanzânia |
| 27 Abril | Dia da Liberdade | África do Sul |
| 30 Abril | Dia da Juventude | RDC |
| 1 Maio | Dia dos Trabalhadores | Lesotho, Zâmbia Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zimbábwe |
| | Dia do Trabalhador | Angola, Botswana, Malawi, Madagáscar, RDC, Maurícias, Seychelles, Swazilândia |
| 4 Maio | Dia de Cassinga | Namíbia |
| 9 Maio | Dia de Ascensão | Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia, Swazilândia |
| 14 Maio | Dia de Kamuzu | Malawi |
| 17 Maio | Dia da Libertação | RDC |
| 19 Maio | Domingo de Pentecostes | Madagáscar |
| 20 Maio | Segunda-feira de Pentecostes | Madagáscar |
| 25 Maio | Dia de África | Angola, Lesotho, Namíbia, Zimbábwe |
| | Dia da Liberdade de África | Zâmbia |